Cartas Sobre o Patriotismo

por

Mikhail Bakunine

Amadora, 2023
www.libertaria.pt

Índice

INTRODUÇÃO

Série de artigos de bakunine publicada no «Progrès» de Locle, de 1 de Março a 2 de Outubro de 1869.

Na parte inacabada do «Anti-Teologismo» Bakunine tencionava enunciar as suas ideias sobre as origens do Estado e da religião. Encontramos algumas dessas ideias expostas em artigos do «Progrès» de Locle de 1869. É por isso que os reedito aqui, sendo que o jornal é hoje em dia praticamente ilocalizável, mesmo nas grandes bibliotecas suíças. Infelizmente, também não será nestes que Bakunine levará as suas investigações a bom porto.

O primeiro esboço destes artigos encontra-se numa conferência levada a cabo na secção de Genebra da Aliança, a 13 de Fevereiro de 1869. Pode ler-se, a este propósito, num manuscrito das «Actas das conferências da Aliança Internacional da Democracia Socialista, Grupo de Genebra»: «Tem a palavra o cidadão Bakunine para que leia o seu discurso sobre a história da burguesia e da posição que esta ocupa no que às classes trabalhadoras diz respeito». Sobre a proposta efectuada para que tal discurso fosse impresso, «o cidadão Bakunine, respondendo ao preopinante, afirmou que publicará o seu discurso a parco preço.» Contudo, alguns dias mais tarde, Bakunine visitou, pela primeira vez, o Jura, onde a 11 de

—

Fevereiro de 1869, no círculo internacional de Locle, proferiu uma conferência sobre «a filosofia do povo». Tal conferência dividia-se em duas partes, uma tratando da «questão religiosa» e a outra traçando «a história da burguesia, do seu desenvolvimento, da sua grandeza e da sua decadência (4)». Em vez de «mandar o texto integral para a gráfica» (tal como afirma o «Progrès», 1. c.), Bakunine, logo que regressado a Genebra, divulgou-o em forma de artigos para o «Progrès». Primeiramente redigidos sob a forma de cartas aos companheiros das montanhas, tais artigos viriam a transformar-se, pouco a pouco, em investigações teóricas similares à do «Anti-Teologismo»; infelizmente, uma vez mais, foram interrompidas numa época que coincide com a partida de Bakunine, de Genebra para Locarno.

N.
11 de Novembro de 1984

PRIMEIRA CARTA

Amigos e irmãos[1],

Antes de deixar as vossas montanhas desejo exprimir-vos uma vez mais, por escrito, a minha profunda gratidão pelo acolhimento fraternal que me dedicaram. É algo digno de pasmo que um homem, um russo, um aristocrata exautorado, que até à data vos era absolutamente desconhecido, tendo posto os pés, por vez primeira no vosso país, acabado de chegar, se visse rodeado por várias centenas de irmãos! Hoje em dia tal milagre somente a *Associação Internacional dos Trabalhadores* o pode realizar e isto por uma simples razão: actualmente apenas ela representa o devir histórico, a motriz criadora do futuro político e social. Aqueles que estão unidos por um pensamento vivo, por uma vontade e por uma grande paixão comuns, são realmente irmãos, ainda que não se conheçam.

Tempos houve em que a burguesia, detentora de idêntica energia vital e enquanto encarnação exclusiva da classe histórica, oferecia o mesmo espectáculo de fraternidade e de união tanto em actos como em pensamento. Foi a melhor época

---

[1] *Le Progrès*, 6 (1 de Março de 1869), pp. 2-3.

desta classe, sempre respeitável sem dúvida, mas doravante impotente, estúpida e estéril, o período do seu mais enérgico desenvolvimento. Demonstrou-o antes da grande revolução de 1793; continuou a patenteá-lo, embora em menor grau, antes das revoluções de 1830 e de 1848. A burguesia tinha então um mundo a conquistar, um lugar a ocupar na sociedade e organizada para o combate, inteligente, audaciosa, respaldada pelo direito natural das gentes, possuía uma pujança irresistível: só, fez, contra a monarquia a nobreza e o clero reunidos, as três revoluções.

À época a burguesia tinha igualmente criado uma formidável associação internacional universal, a f*ranco-maçonaria*.

Equivocar-nos-íamos e muito se julgássemos a f*ranco-maçonaria* do século passado, ou mesmo a do começo deste século, à luz do que ela é actualmente. Instituição burguesa por excelência na sua evolução, de início pela sua pujança crescente e mais tarde pela sua decadência, a *franco-maçonaria* representou de alguma maneira, o vigor e o declínio intelectual e moral da burguesia. Hoje em dia, reduzida ao triste papel de uma velha intriguista e tagarela, é uma bodega, inútil, ocasionalmente perniciosa e sempre ridícula, ao invés antes de 1830 e sobretudo antes de 1793, tendo reunido no seu seio, com raríssimas excepções, todos os espíritos de elite, os corações mais ardentes, as vontades mais inquebrantáveis,

os caracteres mais audaciosos, conformara uma organização actuante, poderosa e deveras benfazeja. Era a encarnação vigorosa e actuante do humanitarismo do século XVIII. Todos os grandes princípios de liberdade, de igualdade, de fraternidade, da razão e da justiça humanas, primeiramente elaborados de forma teórica pela filosofia desse século, tornaram-se, no seio da *franco-maçonaria*, em dogmas práticos, fonte das bases de uma moral e política novas, alma de um empreendimento gigantesco de demolição e de reconstrução. Na altura a *franco-maçonaria* foi, nada mais, nada menos, do que a conspiração universal da burguesia revolucionária contra a tirania feudal, monárquica e divina, a internacional da burguesia.

Sabemos que quase todos os protagonistas da primeira revolução foram franco-mações e que esta ao eclodir encontrou, graças à *franco-maçonaria*, amigos e auxiliares devotados e poderosos em todos os outros países, o que certamente em muito contribuiu para o seu triunfo. Contudo, é igualmente manifesto que a vitória da revolução matou a *franco-maçonaria*, uma vez satisfeitos de sobeja maneira os anelos da burguesia, tendo substituído a casta nobiliárquica, esta, durante muito tempo uma classe explorada e oprimida, por seu turno e pela própria natureza das coisas viria a transformar-se na classe privilegiada, exploradora, opressiva, conservadora e reaccionária,

a confidente e o esteio mais firme do Estado. Após o golpe de Estado de Napoleão I a *franco-maçonaria* transformou-se, em grande parte do continente europeu, numa instituição imperial.

A Restauração insuflou-lhe alguma vitalidade. Vendo-se ameaçada pelo regresso do antigo regime, constrangida a ceder à Igreja e à nobreza coligadas o lugar que tinha conquistado na primeira revolução, a burguesia tinha forçosamente de voltar a ser revolucionária. Não obstante, que diferença entre esse revolucionarismo requentado e o revolucionarismo ardente e pujante que a inspirara no final do século passado! Então a burguesia estava de boa-fé, crera séria e ingenuamente nos direitos do homem, fora impelida, inspirada pelo génio da demolição e da reconstrução, estava na plena posse das suas faculdades e do desenvolvimento da sua força; ainda não se apercebera que um abismo a separava do povo; acreditava ser, sentia-se, era realmente a representante do povo. Tão pouco a reacção termidoriana e a conspiração de Babeuf[2] lhe desfizeram essa ilusão. Abriu-se o abismo que separa o povo trabalhador da burguesia exploradora, dominante e fruidora e será necessário nada menos do que todo o corpo da

[2] François-Noël Babeuf, executado a 27 de Maio de 1797, também conhecido como Gracchus Babeuf, foi um revolucionário francês, jornalista e director do jornal *Le tribun du peuple* no período revolucionário francês. Ficou conhecido pela sua defesa dos pobres e apelo à revolta popular contra o governo de França.

burguesia, toda a existência privilegiada dos burgueses, para o preencher.

Tanto mais que não foi a burguesia no seu todo, mas tão-somente uma parte desta, que recomeçou a conspirar depois da Restauração, contra o regime clerical e nobiliárquico, opondo-se aos reis legítimos.

Na minha próxima carta, expor-vos-ei, se mo permitirdes, as minhas ideias sobre esta última fase do liberalismo constitucional e do carbonarismo burguês.

SEGUNDA CARTA[3]

Afirmei num artigo precedente que as tentativas reaccionárias, legitimistas, feudais e clericais reavivaram o espírito revolucionário da burguesia, mas que entre este novo ímpeto e o que o tinha animado antes de 1793, havia uma enorme diferença. Os burgueses do século passado eram gigantes, quando comparados com estes os mais audazes representantes da burguesia deste século tão só se assemelham a pigmeus.

Para termos a certeza disso basta comparar os seus programas. Qual foi o da filosofia e da grande revolução do século XVIII? Nada mais nada menos que o da emancipação integral de toda a humanidade; a realização do direito e da liberdade real e completa para cada um, através da equiparação política e social de todos; o triunfo do humano sobre os escombros do mundo divino; o reino da justiça e da fraternidade sobre a terra. O equívoco desta filosofia e dessa revolução, foi o de não terem compreendido que a realização da humana fraternidade era impossível, enquanto existissem Estados e que a abolição real das classes, a equiparação política e social dos indivíduos, não seria realizável sem a paridade dos meios económicos de educação, instrução, trabalho e vida, para todos. Todavia não podemos

---

[3] *Le Progrès,* 7 (3 de Abril de 1869), pp. 2-3.

censurar o século XVIII por não o ter compreendido. A ciência social não se faz nem se estuda unicamente nos livros; necessita dos grandes ensinamentos da história, foi preciso fazer a revolução de 1789, a de 1793 e passar ainda pelas experiências de 1830 e de 1848, para chegarmos a esta conclusão doravante irrefutável, que toda a revolução política que não tenha por *objectivo imediato e directo* a igualdade económica, sob a óptica dos interesses e dos direitos populares, não passa de uma reacção hipócrita e velada.

Esta verdade tão evidente e tão simples era ainda desconhecida no final do século XVIII e quando Babeuf suscitou a questão económica e social, a pujança da revolução já se esvaíra. Não obstante é sua a honra imortal de ter enunciado o maior problema com que a história já se deparou, o da emancipação de toda a humanidade.

Comparado com este imenso programa, qual foi o do liberalismo revolucionário que lhe sucedeu, à época da Restauração e da monarquia de Julho? Enunciemo-lo: a pretensa liberdade constitucional, uma liberdade bem cordata, bem modesta, bem regulamentada, bem restrita, feita à medida do temperamento pusilânime duma burguesia semi-saciada que, cansada de lutas e ansiosa por desfrutar da vida, se via agora ameaçada, já não pelo topo mas pela base, vendo com inquietude despontar no horizonte, como uma massa negra, esses inúmeros milhões de proletários explorados,

fartos de sofrer e a preparar-se, também eles, para reclamar os seus direitos.

Desde o começo do presente século que este espectro nascente, mais tarde baptizado de espectro vermelho, este fantasma terrível do direito natural das gentes contestando os privilégios de uma classe de felizardos, esta justiça e esta razão populares, que no decurso do seu progresso reduzirão a pó os sofismos da economia, da jurisprudência, da política e da metafisica da burguesia, se tornaram, no âmago dos triunfos modernos desta, nos seus desmancha-prazeres incessantes, carcomendo a sua confiança, a sua coragem e até mesmo o seu espírito.

E no entanto, durante a Restauração, a questão social era ainda praticamente desconhecida, ou melhor dito, olvidada. Havia decerto alguns grandes sonhadores isolados, tais como Saint-Simon[4], Robert Owen[5], Fourier[6], cujo génio ou o grande coração tinham adivinhado a necessidade

---

[4] Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, mais conhecido como Henri de Saint-Simon, foi um teórico socialista francês que defendeu que as necessidades das classes trabalhadoras deviam ser reconhecidas e concretizadas, caso contrário nunca teríamos nem uma sociedade nem uma economia funcionais e que a maior ameaça à sociedade eram as classes parasitárias, que enriqueciam à custa do trabalho alheio.

[5] Robert Owen, empresário galês, reformista social e filantropo, foi um dos fundadores do movimento cooperativista e um dos ideólogos do socialismo utópico.

[6] Charles Fourier, filósofo francês e um dos criadores do socialismo utópico.

duma transformação radical da organização económica da sociedade. Em volta de cada um destes agrupava-se um pequeno número de adeptos devotados e ardentes, formando outras tantas capelinhas, tão ignorados como os seus mestres e sem exercer qualquer influência exterior. Por outro lado havia ainda o testamento comunista de Babeuf, transmitido pelo seu ilustre companheiro e amigo, Buonarroti[7], aos proletários mais enérgicos, no seio de uma organização popular e secreta. Entrementes era tão só um trabalho subterrâneo, cujas manifestações só mais tarde se revelariam, durante a monarquia de Julho e que passou completamente desapercebido à classe burguesa durante a restauração. O povo, a massa dos trabalhadores, permanecia cordato e ainda não reivindicava nada para si próprio.

À época, manifestamente, se é que o espectro da justiça popular perdurava de algum modo, tal não poderia dar-se senão na consciência pesada dos burgueses. E esta má consciência, donde vinha? Os burgueses que viviam durante a Restauração eram, enquanto indivíduos, piores que os seus pais que haviam feito a Revolução de 1789 e a de 1793? Nem por sombras. Eram praticamente os mesmos homens, mas colocados

---

[7] Filippo Buonarroti, socialista utópico italiano, escritor, agitador e maçon. É autor do livro "História da Conspiração dos Iguais de Babeuf" (*Histoire de la Conspiration pour l'Égalité dite de Babeuf*, 1828).

num outro entorno, noutras condições políticas, enriquecidos por um novo traquejo, tendo uma outra consciência por corolário.

Os burgueses do século passado acreditaram piamente que a sua própria emancipação do jugo monárquico, clerical e feudal, alforriaria o povo inteiro. Tal crença ingénua e sincera foi a fonte da sua audácia heróica e de toda a sua maravilhosa pujança. Sentiam-se irmanados com todos, marchando ao assalto carreavam em si a força, o direito natural das gentes. Graças a este e ao ânimo popular que, por assim dizer, encarnara na sua classe, os burgueses do século passado puderam escalar e conquistar essa fortaleza do poder político, que os seus pais tinham cobiçado durante tantos séculos. Todavia, no exacto momento em que aí assestavam a sua bandeira, uma nova luz começava a medrar no seu espírito. Logo que tomaram o poder aperceberam-se que entre os seus interesses, os da classe burguesa, e os das massas populares, nada mais havia em comum, que pelo contrário havia oposição radical e que o poder e a prosperidade, exclusivos da classe possidente, só se poderiam estribar na miséria e na dependência política do proletariado.

Consequentemente as relações entre a burguesia e o povo transformaram-se de modo radical, antes mesmo que os trabalhadores compreendessem que os burgueses eram os seus inimigos naturais, mais por necessidade que por

má vontade, já os burgueses se tinham consciencializado desse antagonismo fatal. Chamo a isto a má consciência dos burgueses.

—

TERCEIRA CARTA[8]

A má consciência dos burgueses, já o disse, paralisou, desde o começo deste século, todo o movimento intelectual e moral da burguesia. Corrijo-me e substituo a palavra *paralisou* por esta outra: *desnaturou*. Porquanto seria injusto dizer que houve paralisia ou ausência de movimento num intelecto que, passando da teoria à aplicação das ciências positivas, criou, por um lado, todos os milagres da indústria moderna, os barcos a vapor, os caminhos-de-ferro e o telégrafo; e que por outro ao desbravar uma nova ciência, a estatística, e ao impulsionar a economia política e a critica histórica do desenvolvimento da riqueza e da civilização dos povos até às suas últimas consequências, lançou as bases de uma nova filosofia, o socialismo, que mais não é, do prisma dos interesses exclusivos da burguesia, do que um sublime suicídio, a própria negação, do mundo burguês.

A paralisia só se manifestou mais tarde, a partir de 1848, quando, estarrecida pelos resultados dos seus primeiros trabalhos, a burguesia fez marcha atrás deliberadamente, a fim de conservar os seus bens, renunciando a todo e qualquer pensamento e vontade, arrimou-se a protectores militares e

---

[8] *Le Progrès,* 8 (17 de Abril de 1869), pp. 2-3.

entregou-se de corpo e alma à reacção mais cabal. Desde essa época que não inventou mais nada, perdeu, juntamente com a coragem, o próprio potencial criador. Já não tem sequer o viço nem o instinto de sobrevivência, dado que tudo o que faz em prol da sua salvação a empurra inelutavelmente para o abismo.

Até 1848, estava ainda cheia de engenho. Sem dúvida, este já não era essa linfa vigorosa que do século XVI ao XVIII a tinha feito criar um mundo novo. Não se tratava já do espírito heróico de uma classe que incorrera em todas as audácias porque lhe era necessário tudo conquistar; era o intelecto prudente e reflexivo dum novo proprietário que, após ter adquirido um bem ardentemente cobiçado, o devia agora fazer prosperar e valorizar. O que sumamente caracteriza o espírito da burguesia na primeira metade deste século, é uma tendência quase que exclusivamente utilitária.

Foi por isso censurada, erroneamente. Pelo contrário, penso que prestou um último grande serviço à humanidade, ao predicar, mais pelo seu exemplo do que pelas suas teorias, o culto, ou melhor dito, o respeito pelos interesses materiais. Afinal de contas, tais interesses foram sempre preponderantes neste mundo: mas até aí tinham-se manifestado sob a forma de um idealismo hipócrita ou malsão, que os tinha transformado precisamente em interesses malfazejos e iníquos.

—

Quem quer que se tenha debruçado um pouco sobre a história, não pode ter deixado de se aperceber que no âmago das mais abstractas, mais sublimes e mais idealistas das lutas religiosas e teológicas, houve sempre um qualquer grande interesse material. Todas as guerras raciais, entre nações, Estados e classes, nunca tiveram outro objectivo que não o da dominação, condição e garantia necessárias da fruição e da posse. A história humana, considerada sob esse prisma, não é outra coisa senão o prosseguimento desse grande combate pela vida, que, segundo Darwin, constitui a lei fundamental da natureza orgânica.

No mundo animal esse combate desenrola-se sem ideias nem frases e tão pouco tem solução; enquanto a terra existir, o mundo animal entredevorar-se-á. É o seu estado natural. Os homens, animais carnívoros por excelência, começaram a sua história pela antropofagia. Hoje tendem à associação universal, à produção e à fruição colectivas.

Não obstante, entre estes dois marcos, que tragédia sangrenta e horrível! E ainda não nos livrámos deste fado. Depois da antropofagia veio a escravidão, depois da escravidão a servidão e após a servidão o salariato, ao qual se seguirá, primeiro que tudo, o terrível dia da justiça, e mais tarde, muito mais tarde, a era da fraternidade. Eis as fases através das quais o combate animal pela vida se transforma gradualmente, na história, em organização humana da vida.

—

E no seio dessa luta fratricida entre homens, nesse entredevoramento mútuo, nesse servilismo e nessa exploração de uns pelos outros que, mudando de nomes e de formas, perdurou através de todos os séculos, até aos nossos dias, que papel desempenhou a religião? Santificou sempre a violência, transformando-a em direito. Remeteu a humanidade, a justiça e a fraternidade para um céu ilusório, deixando a iniquidade e a brutalidade a reinar sobre a Terra. Abençoou os facínoras afortunados, e, para mais os contentar, predicou a resignação e a obediência às suas inumeráveis vítimas, os povos. Quanto mais sublime parecia ser o ideal que adorava no céu, mais horrível a realidade terrestre se tornava. Afinal na própria natureza de todo o idealismo, tanto religioso como metafísico, reside o menosprezo pelo mundo real, explorando-o ao mesmo tempo que o desdenha. Daqui resulta que todo o idealismo engendra necessariamente a hipocrisia.

O homem é matéria e não pode impunemente desprezá-la. É um animal e não pode destruir a sua animalidade; mas pode e deve transformá-la e humanizá-la através da liberdade, isto é, pela acção combinada da justiça e da razão, que por seu turno só têm ascendência sobre ela por serem o seu produto e a sua mais alta expressão. Pelo contrário, todas as vezes que o homem se quis abstrair da sua animalidade, tornou-se no joguete e no escravo, e a mais das vezes no servidor hipócrita, os padres

que o digam, da religião mais idealista e mais absurda do mundo, o catolicismo.

Comparem a sua bem conhecida obscenidade com o seu voto de castidade; confrontem a sua cobiça insaciável com a sua doutrina de renúncia aos bens deste mundo, terão de atestar não haver seres mais materialistas do que estes predicadores do idealismo cristão. Actualmente, que questão mais agita a Igreja? A conservação dos seus bens, que uma outra Igreja, expressão do idealismo político, o Estado, ameaça confiscar a eito.

O idealismo político não é nem menos absurdo, nem menos pernicioso, nem menos hipócrita que o idealismo religioso, do qual não é senão, num formato diverso, a expressão ou a aplicação mundana e terrestre. O Estado é o irmão mais novo da Igreja; e o patriotismo, essa virtude e esse culto do Estado, nada mais é que um reflexo do culto divino.

O homem virtuoso, segundo os preceitos da escola idealista, simultaneamente religiosa e política, deve servir a Deus e devotar-se ao Estado. Ora, desde o princípio deste século, o *utilitarismo* burguês começou a impugnar tal doutrina.

—

QUARTA CARTA[9]

Um dos maiores serviços prestados pelo utilitarismo burguês, já o disse, foi o de ter morto a religião de Estado, o patriotismo.

O patriotismo como sabemos é uma virtude antiga, nascida no seio das repúblicas grega e romana, onde nunca houve outra religião real, nem outro objecto de culto que não fosse o do Estado.

O que é o Estado? É, respondem-nos os metafísicos e os doutores em Direito, a coisa pública; os interesses, o bem colectivo e o direito natural das gentes, opostos à acção dissolvente dos interesses e das paixões egoístas de cada qual. É a justiça e a realização da moral e da virtude sobre a terra. Como tal não existe acto mais sublime, nem maior dever para os indivíduos, do que devotar-se, sacrificar-se e se necessário morrer, pelo triunfo do Estado, pelo poderio estatal.

Aqui tendes em poucas palavras toda a teologia do Estado. Vejamos agora se esta teologia política, tal como a teologia religiosa, não esconde, sob belíssimas e mui poéticas aparências, realidades muito comuns e assaz sujas.

Primeiro que tudo analisemos a própria ideia de Estado, tal como no-la apresentam os seus apaniguados. É o sacrifício da liberdade natural e dos interesses de cada qual, quer dos indivíduos

---

[9] *Le Progrès,* 9 (1 de Maio de 1869), p. 2-3.

quer de unidades colectivas de menor talha: associações, comunas e províncias, aos interesses e à liberdade do todo, à prosperidade da imensa maioria. Mas este todo, esta vasta maioria, é o quê na realidade? É a aglomeração de todos os indivíduos e de todas as colectividades humanas mais restritas que o compõem. A partir do momento em que há que sacrificar-lhe, em nome da integração e da coordenação, todos os interesses individuais e locais, o todo, que é suposto representá-los, é afinal o quê? Não é um conjunto vivo, deixando cada um respirar à vontade, tornando-se ainda mais fecundo, mais possante e mais livre, quanto mais amplamente se desenvolverem no seu seio a plena liberdade e a prosperidade de cada um; não é de todo a sociedade humana natural que assegura e acresce a vida de cada um através da vida colectiva; é, pelo contrário, a imolação quer de cada indivíduo quer de todas as associações locais, a abstracção destructiva da sociedade viva, a limitação, ou melhor dito, a completa negação da vida e do direito de todas as partes que constituem o todo, pelo pretenso bem comum: é o Estado, é o altar da religião política sobre o qual a sociedade natural é sempre imolada: uma universalidade devoradora, vivendo à custa de sacrifícios humanos, como a Igreja. O Estado, repito-o uma vez mais, é o irmão mais novo da Igreja.

A fim de provar esta identidade entre Igreja e Estado, peço encarecidamente ao leitor que se

digne constatar este facto, que quer uma quer o outro se fundam essencialmente na ideia do sacrifício da vida e do direito natural e que partilham igualmente do mesmo princípio; o da maldade inata dos homens, que apenas pode ser vencida, segundo a Igreja, pela graça divina e pela morte do homem natural em Deus e, segundo o Estado, somente pela lei e pela imolação do indivíduo no altar do Estado. Quer uma, quer outra, tendem a transformar o homem, a primeira num santo, o segundo num cidadão. Todavia o homem natural deve perecer, dado que a sua condenação é unanimemente decretada pela religião, a da Igreja e a do Estado.

Tal é, na sua pureza ideal, a teoria idêntica da Igreja e do Estado. É uma pura abstracção; mas toda a abstracção história pressupõe factos históricos. Estes factos, como já o afirmei no meu precedente artigo, são totalmente reais por natureza, brutais em absoluto: a violência, a espoliação, a servidão, a conquista. A natureza humana é tal que não se contenta em agir, tem por conseguinte a necessidade de se explicar e de legitimar, perante a sua própria consciência e aos olhos dos demais, os seus actos. A religião veio mesmo a propósito para abençoar os factos consumados, graças a tal bendição o facto iníquo e brutal transformou-se em direito. A Diência Jurídica e a Ciência Política, sabemo-lo, são fruto em primeiro lugar da teologia; e mais tarde da

metafisica, que mais não é do que uma teologia encapotada, uma teologia que tem a ridícula pretensão de nada ter de absurda, a qual obrou em vão ao tentar conferir-lhes uma índole científica.

Vejamos agora que papel jogou e continua a jogar esta abstracção dita Estado, paralela a essa abstracção histórica chamada Igreja, na vida real, na sociedade humana.

O Estado, já o disse, pela sua própria natureza, é um imenso cemitério aonde vêm sacrificar-se, morrer, sepultar-se todas as manifestações da vida individual e local, todos os interesses das partes cujo conjunto constitui precisamente a sociedade. É o altar onde a liberdade real e o bem-estar dos povos são imolados em prol da grandeza política; e quão mais completa for esta imolação, mais perfeito será o Estado. Concluo, e estou disso convicto, que o império russo é o Estado por excelência, o Estado sem retórica e sem frases, o Estado mais perfeito da Europa. Pelo contrário, todos os Estados nos quais os povos possam ainda respirar, são, do ponto de vista do ideal, Estados incompletos, tal como todas as outras Igrejas, quando comparadas com a Igreja Católica Romana, são Igrejas falhadas.

O Estado é uma abstracção devoradora da vida popular, afirmei eu; mas para que uma abstracção veja a luz do dia, se desenvolva e persista neste mundo, é necessário que haja um corpo colectivo real que esteja interessado na sua existência. Não

será decerto a grande massa popular, dado que esta é precisamente a sua vítima: antes um corpo privilegiado, o corpo sacerdotal do Estado, a classe governante e possidente, que está para o Estado como a classe sacerdotal da religião, os padres, está para a Igreja.

Com efeito, que podemos descortinar ao longo da história? O Estado foi sempre o património de uma qualquer classe privilegiada: classe sacerdotal, classe nobre, classe burguesa; por fim classe burocrática, uma vez exauridas todas as outras classes, enquanto aparelho o Estado pode entrar em declínio ou florescer; mas é absolutamente necessário para a salvação do Estado que haja uma qualquer classe privilegiada que se interesse pela sua existência. E é precisamente ao interesse solidário dessa classe privilegiada que chamamos *patriotismo*.

—

QUINTA CARTA[10] [5]

O patriotismo, no sentido complexo que vulgarmente se atribui a tal vocábulo, alguma vez teria sido uma paixão ou virtude popular?

Compulsando a história, não hesito em responder a tal quesito com um rotundo *não*, e para provar ao leitor que não lavro em erro ao assim responder, peço-lhe permissão para analisar os principais elementos que, combinados de maneiras mais ou menos diversas, constituem essa coisa a que chamamos o patriotismo.

Tais elementos são em número de quatro: 1º o elemento natural ou fisiológico; 2º o elemento económico; 3º o elemento político; e 4º o elemento religioso ou fanático.

O elemento fisiológico é o fundamento principal de todo o patriotismo ingénuo, instintivo e brutal. É uma paixão natural que, precisamente por o ser em excesso, isto é, totalmente animal, está em contradição flagrante com qualquer política, e o que é pior, perturba bastante o desenvolvimento económico, científico e humano da sociedade.

O patriotismo natural é um facto puramente animalesco, com que nos deparamos em todas as gradações da vida animal e mesmo, podemos afirmá-lo até um certo ponto, na vida vegetal.

---

[10] *Le Progrès,* 11 (29 de Maio de 1869), pp. 2-3.

—

Neste sentido o patriotismo é uma guerra aniquiladora, primeira expressão humana desse grande e fatal combate pela vida que engendra todo o incremento da vida no mundo natural ou real, combate incessante, entredevoramento universal que nutre cada indivíduo, cada espécie, com a carne e o sangue dos indivíduos de espécies alógenas, e que ao renovar-se fatalmente a cada hora, a cada instante, faz com que sobrevivam, prosperem e se desenvolvam as espécies mais completas, mais inteligentes, mais fortes, a expensas de todas as outras.

Os que se ocupam da agricultura ou da jardinagem sabem o que lhes custa preservar as suas plantas da invasão de espécies parasitas que lhes vêm disputar a luz e os elementos químicos da terra indispensáveis à sua nutrição. A planta mais robusta, a que se encontrar mais bem adaptada às condições particulares do clima e do solo, desenvolvendo-se sempre com maior vigor relativo, tende naturalmente a sufocar todas as outras. É uma luta silenciosa, mas sem tréguas, sendo necessária toda a enérgica intervenção do homem para proteger dessa invasão fatal as plantas que prefere.

No mundo animal reproduz-se a mesma luta, tão-só com mais movimento dramático e ruído. Já não se trata de um asfixiamento silencioso e inerte. O sangue corre e o animal despedaçado, devorado, torturado, enche o ar com os seus gemidos. Por

fim, o homem acrescenta-lhe um primeiro vocábulo, animal falante, chamar-lhe-á patriotismo.

O combate pela vida no mundo animal e vegetal não é de todo, somente, uma luta individual; é uma luta de espécies, de grupos e de famílias, umas contra as outras. Há em cada ser vivo dois instintos, dois grandes interesses principais: o da nutrição e o da reprodução. Do ponto de vista da nutrição, cada indivíduo é o inimigo natural de todos os outros, sem qualquer consideração pelos laços familiares, por grupos ou espécies. O provérbio segundo o qual os lobos não se comem uns aos outros tem cabimento sempre que estes encontrem animais de outras espécies para a sua alimentação, logo que estes lhe falhem, sabemo-lo muito bem, devoram-se tranquilamente entre si. As gatas e as porcas, e muitos outros animais, frequentemente comem as suas próprias crias, e não há animal que não o faça, sempre que a fome o aperte. As sociedades humanas não começaram pela antropofagia? Quem não ouviu essas lamentáveis histórias de marinheiros naufragados e perdidos no oceano, numa qualquer frágil embarcação, privados de alimento, decidindo à sorte qual, de entre eles, deveria ser sacrificado e comido pelos outros? Enfim, durante esta terrível fome que acaba de dizimar a Argélia, não vimos mães a devorar ou seus próprios filhos?

É que a fome é uma déspota rude e invencível e a necessidade de nos alimentarmos, necessidade

inteiramente individual, é a lei primordial, a condição suprema da vida. É a base de toda a vida humana e social, como o é igualmente da vida animal e vegetal. Revoltar-se contra ela é aniquilar todo o resto, é condenar-se à extinção.

A par desta lei natural da natureza viva, há uma outra, igualmente essencial, a da reprodução. A primeira tende à conservação dos indivíduos, a segunda à constituição das famílias, dos grupos, das espécies. Para se reproduzirem, os indivíduos, impelidos por uma necessidade natural, procuram acasalar com os indivíduos que, pela sua conformação, lhes sejam mais próximos, que se lhes assemelhem. Há diferenças de estrutura que tornam estéril o acasalamento ou de todo mesmo impossível. Esta impossibilidade é evidente entre o mundo vegetal e o mundo animal; mas mesmo neste último, o acasalamento de mamíferos, por exemplo, com aves, peixes, répteis ou insectos, é igualmente impossível. Mesmo que nos limitemos tão-só aos quadrúpedes, encontramos a mesma impossibilidade entre grupos diferentes, chegamos pois à conclusão de que a capacidade de acasalamento e a capacidade reprodutiva de cada indivíduo só são exequíveis dentro de uma esfera muito restrita de indivíduos que, dotados de uma conformação idêntica ou aproximada da sua, constituem com o próprio, um mesmo grupo ou uma mesma família.

Uma vez que o instinto de reprodução constitui o único laço de solidariedade, a haver, entre

indivíduos do mundo animal, lá onde tal capacidade de acasalamento cessa, finda igualmente toda a solidariedade animal. Para os indivíduos, tudo aquilo que está fora do âmbito dessa possibilidade de reprodução, constitui uma espécie diferente, um mundo absolutamente estranho, hostil e votado ao aniquilamento; tudo o que ele abarca constitui a grande pátria da espécie, como, por exemplo, a humanidade para os homens.

Porém tal destruição ou entredevoramento mútuo, dos indivíduos vivos, não se encontra somente para lá dos limites desse mundo restrito a que chamamos a grande pátria; deparamo-nos com esta no âmago desse mesmo mundo, de forma tão ou, por vezes ainda, mais feroz, até pelos entraves e pela competição que lá encontra, sendo que as lutas, igualmente cruéis, do amor vêm juntar-se às da fome.

Além do mais, cada espécie animal subdivide-se em grupos e famílias diferentes, sob a influência das condições geográficas e climáticas dos diferentes países em que habita. A diferença, maior ou menor, das condições de vida determina uma diferente correspondência na própria organização dos indivíduos que pertencem à mesma espécie. De facto, sabemos que todo o indivíduo animal procura naturalmente acasalar com o indivíduo que mais se lhe assemelhe, donde resulta logicamente o desenvolvimento de uma grande

quantidade de variações dentro da mesma espécie; ora como qualquer das diferenças que separam todas estas variações umas das outras, se funda principalmente na reprodução, sendo que a reprodução é a única base de toda a solidariedade animal, é evidente que a grande solidariedade da espécie se irá subdividir em diversas solidariedades mais restritas, ou seja que a grande pátria se fragmentará em inúmeras pequenas pátrias animais, todas elas hostis e reciprocamente destrutivas.

CARTAS SOBRE O PATRIOTISMO

O PATRIOTISMO FISIOLÓGICO OU NATURAL[11]

Demonstrei na minha precedente carta como o patriotismo enquanto qualidade ou paixão natural procede de uma lei fisiológica, da que precisamente determina a separação dos seres vivos em espécies, famílias e grupos.

A paixão patriótica é evidentemente uma paixão solidária. Se a quisermos encontrar no mundo animal, na sua formulação mais explícita e mais claramente delineada, será necessário procurá-la, sobretudo, entre as espécies de animais que, tal como o homem, são dotadas de uma natureza eminentemente sociável; entre as formigas, por exemplo, as abelhas, os castores e muitos outros que têm habitats comuns estáveis, bem como entre as espécies que vagueiam em rebanhos; os animais com domicílio colectivo e fixo representam, sempre do ponto de vista natural, o patriotismo dos povos agricultores e os animais que erram em rebanhos, o dos povos nómadas.

---

[11] *Le Progrès*, 12 (12 de Junho de 1869), pp. 2-3.

—

É evidente que o primeiro é mais completo do que o último, o qual não abrange mais do que a solidariedade entre os indivíduos do rebanho, enquanto este lhe agrega a dos indivíduos para com o solo ou o domicílio onde habitam. O hábito que, tanto para os animais como para o homem, constitui uma segunda natureza, certas maneiras de viver, estão muito mais bem delineadas, mais fixadas, entre os animais colectivamente sedentários, do que entre os rebanhos errantes, ora esses hábitos diferentes, essas maneiras particulares de existência, constituem um elemento essencial do patriotismo.

Poderíamos definir o patriotismo natural desta forma: é um apego instintivo, mecânico e completamente desprovido de senso crítico aos hábitos de existência, hereditários ou tradicionais, adoptados colectivamente e uma hostilidade igualmente, toda ela, instintiva e mecânica dirigida a qualquer outra maneira de viver. É o amor aos seus e ao seu e o ódio a tudo aquilo que seja forasteiro por natureza. O patriotismo é pois, por um lado um egoísmo colectivo, por outro a guerra.

Não é de todo uma solidariedade tão poderosa que impeça os indivíduos membros de uma colectividade animal de se entredevorarem mutuamente caso haja necessidade; mas é suficientemente forte, contudo, para que todos esses indivíduos, olvidando as suas discórdias civis, se unam contra todo e qualquer intruso, de

uma comunidade alógena, com que se venham a deparar.

Atente-se, por exemplo, nos cães de uma aldeia. Os cães não formam, por natureza, uma república colectiva; remetidos aos seus próprios instintos, vivem em matilhas errantes, como os lobos e tão-somente através da influência humana se tornam em animais sedentários. Não obstante, uma vez estabelecidos, constituem-se, em cada aldeia, numa espécie de república não comunitária, antes fundada sobre a liberdade individual, segundo a fórmula tão amada pelos economistas burgueses: cada um por si e o último que vá para o diabo que o carregue. É um corrupio de desbridamento sem limite, uma competição, uma guerra civil, sem piedade e sem trégua, onde o mais forte abocanha sempre o mais fraco, tal qual como nas repúblicas burguesas. Mal um cão de uma aldeia vizinha tão-só se atreva a passar na sua rua, de imediato vemos todos esses cidadãos desavindos a precipitar-se em massa contra o desgraçado do estranho.

Pergunto, não é a cópia fiel, ou antes o original das cópias que se repetem a cada dia na sociedade humana? Não é uma manifestação acabada desse patriotismo natural, do qual disse e ouso repeti-lo, não ser mais do que uma paixão inteiramente bestial? Bestial, sem dúvida que o é, uma vez que os cães são incontestavelmente animais e que o homem, animal como o cão e como todos os outros animais ao cimo da terra, mas animal dotado da

faculdade fisiológica de pensar e falar, terá encetado a sua história num estádio de bestialidade pura para, através dos séculos, vir a conquistar e a aperfeiçoar a sua condição humana.

Uma vez conhecida a origem do homem, não há já necessidade de nos espantarmos com a sua bestialidade, facto natural entre outros factos naturais, nem mesmo de nos indignarmos contra ela, donde, em absoluto, não resulta que não seja preciso combatê-la com a maior das energias, uma vez que toda a vida humana do homem não é senão um combate incessante contra a sua bestialidade natural em proveito da sua humanidade.

Quis apenas constatar que o patriotismo, de que os poetas, os místicos, os políticos de todas as escolas, os governos e todas as classes privilegiadas nos fazem o elogio, enquanto virtude ideal e sublime, tem as suas raízes não na humanidade do homem, mas na sua bestialidade.

Com efeito, é na origem da história e actualmente nas partes menos civilizadas da sociedade humana, que vemos o patriotismo natural reinar incontestado. Constitui nas colectividades humanas um sentimento sem dúvida muito mais complexo que nas outras colectividades animais, pela razão única de que a vida do homem, animal pensante e falante, abarca incomparavelmente mais objectos do que a dos animais das outras espécies; nele, aos hábitos e às tradições integralmente físicas juntam-se ainda as

tradições mais ou menos abstractivas, intelectuais e morais, uma multitude de ideias e representações falsas ou verdadeiras, com diferentes costumes religiosos, económicos, políticos e sociais. Todas estas constituem outros tantos elementos do patriotismo natural do homem, na medida em que todas estas coisas, ao combinarem-se entre si, de uma maneira ou de outra, formam, para uma dada colectividade em particular, um modo singular de existência, uma maneira tradicional de viver, de pensar e de agir diferentemente de outrem.

Não obstante, qualquer que seja a diferença entre o patriotismo natural das colectividades humanas e o das colectividades animais, no que diz respeito à quantidade e mesmo à qualidade dos objectos que abrangem, têm isto em comum: são igualmente paixões instintivas, tradicionais, habituais, colectivas e a intensidade quer de um quer de outro não depende de forma nenhuma da natureza do seu conteúdo. Podemos mesmo afirmar, pelo contrário, que quanto menos esse conteúdo for complicado, quanto mais simples é, mais intenso e energicamente exclusivo será o sentimento patriótico que o manifesta e o exprime.

O animal está evidentemente muito mais apegado aos costumes tradicionais da colectividade da qual faz parte do que o homem; nele este apego patriótico é fatal e incapaz de se desfazer dele por si próprio, por vezes só se consegue desembaraçar deste sob a influência

humana. Igualmente, nas colectividades humanas, quanto menor a civilização, menos complexa e mais simples é a própria substância da vida social e mais o patriotismo natural, isto é o apego instintivo dos indivíduos a todos os seus hábitos materiais, intelectuais e morais que constituem a vida tradicional e costumeira de uma colectividade particular, bem como o seu ódio por tudo que dela difere, por tudo o que lhe é estrangeiro, se mostra intenso. Donde resulta que a humanidade das sociedades humanas é a própria razão de ser do patriotismo natural.

Ninguém contestará que o patriotismo instintivo ou natural das miseráveis populações das zonas glaciares, onde ainda mal aflorou a civilização humana e cuja própria vida material é tão pobre, não seja infinitamente mais forte ou exclusivo do que o patriotismo de um francês, de um inglês ou de um alemão, por exemplo. O alemão, o inglês, o francês podem viver e aclimatar-se em qualquer lado, já o habitante das regiões polares bem depressa morreria de saudades da terra natal, se dela o afastássemos. E todavia, que haverá de mais miserável e infra-humano do que a sua existência! O que mais uma vez prova que a intensidade do patriotismo natural não é de todo uma prova de humanidade, mas de bestialidade.

A par deste elemento positivo do patriotismo, que consiste no apego instintivo dos indivíduos ao

modo particular de existência da colectividade de que são membros, há ainda o elemento negativo, igualmente essencial como o primeiro e do qual é inseparável: o horror igualmente instintivo por tudo o que lhe é alógeno. Instintivo e por consequência totalmente bestial; sim, realmente bestial, porque aquele que o experimenta foi o que menos pensou e compreendeu, é menos homem, como tal tanto mais enérgico e invencível será este horror.

Hoje em dia só encontramos este horror patriótico pelo estrangeiro nos povos selvagens; encontramo-lo na Europa no seio de populações meio selvagens que a civilização burguesa não se dignou a iluminar, mas que jamais se esquece de explorar. Há nas maiores capitais da Europa, até mesmo em Paris e sobretudo em Londres, ruas abandonadas a uma população miserável que luz alguma alumbrou. Basta que um estrangeiro aí se apresente para que uma multitude de seres humanos miseráveis, homens, mulheres, crianças, andrajosos, faces e corpos espelhando os sinais da miséria mais pavorosa e da mais profunda abjecção, o rodeiem, o insultem, chegando por vezes a maltratá-lo, somente porque é estrangeiro. Brutal e selvagem, não será este patriotismo a negação mais gritante de tudo aquilo a que chamamos humanidade?

Todavia, há jornais burgueses mui esclarecidos, como o *Journal de Genève*, por exemplo, que não

têm vergonha alguma de explorar tal preconceito, tão pouco humano, essa assaz bestial paixão. Quero contudo fazer-lhes justiça, reconheço de bom grado que os exploram sem de todo os partilharem, simplesmente porque têm interesse em explorá-los, tal como o fazem, aos dias de hoje, quase todos os padres de todas as religiões, que pregam disparates religiosos sem neles crerem, só por ser evidentemente do interesse das classes privilegiadas que as massas populares continuem, apenas elas, a crer neles.

Mal o *Journal de Genève* se vê à míngua, sem argumentos nem provas, logo afirma: tal coisa, ideia, homem, são *estrangeiros*, tem os seus compatriotas em tão pouca conta que acha que lhe bastará proferir essa palavra terrível, *estrangeiro*, para que olvidando tudo, senso comum, humanidade e justiça, estes cerrem fileiras a seu lado.

Não sou de todo genebrino, mas tenho demasiado respeito pelos habitantes de Genebra para não acreditar que o *Journal* se equivoca. Estes não quererão, sem dúvida, sacrificar a humanidade à bestialidade explorada pela astúcia.

—

O PATRIOTISMO (continuação 1) [12]

O patriotismo, instintivo ou inato, já o disse, funda todas as suas raízes na vida animal, não expressando mais do que uma combinação particular de hábitos colectivos: materiais, intelectuais e morais, económicos, políticos, religiosos e sociais, desenvolvidos pela tradição ou pela história, numa sociedade humana restrita. Tais hábitos, acrescentei, podem ser bons ou maus, não tendo o conteúdo ou objecto deste sentimento instintivo influência alguma sobre o grau da sua intensidade; e mesmo que porventura admitíssemos uma qualquer diferença no que a este último aspecto diz respeito, esta tenderia, a mais das vezes, a favor dos maus hábitos em vez dos bons. Porquanto, justamente, a origem animal de toda a humana sociedade e a inércia, de acentuado efeito, tanto no mundo intelectual e moral como no material, fazem com que em qualquer sociedade ainda não degenerada, antes progressiva e virada para o futuro, os maus hábitos, o tempo, sempre prioritário, joga a seu favor, se encontrem mais profundamente enraizados do que os bons. Isto explica-nos porque é que, no cômputo geral dos hábitos colectivos

[12] *Le Progrès*, 14 (10 de Julho de 1869), pp. 2-3.

actuais, nos países mais avançados do mundo civilizado, nove décimos destes, pelo menos, de nada valem.

Que não se imagine que eu queira declarar guerra ao costume que têm, geralmente, a sociedade e os homens de se deixarem governar pelo *hábito*. Nisto, tal como em muitas outras coisas, mais não fazem do que obedecer fatalmente a uma lei natural e seria absurdo revoltarmo-nos contra as leis naturais. A acção do hábito na vida intelectual e moral dos indivíduos, tal como na das sociedades, é similar à da acção vegetativa na vida animal. Uma e outra são condições de existência e de realidade. O bem, tal como o mal, para que possam existir, deverão tornar-se usuais, quer seja no homem a título individual, quer na sociedade. Todos os exercícios, todos os estudos aos quais o homem se entrega não têm outro objectivo, as melhores das coisas não se enraízam no homem, a ponto de se tornarem na sua segunda natureza, a não ser pela força do hábito. Não se trata pois de nos revoltarmos tolamente contra ela, uma vez que é uma força fatal, que nenhuma inteligência nem vontade humanas poderiam derrotar. Não obstante, se deveras nos quisermos tornar em homens, iluminados pela razão do século e pela ideia de sermos adeptos da verdadeira justiça, só há uma coisa a fazer: empregar constantemente a força de vontade, isto é, o hábito de querer, que circunstâncias independentes da nossa vontade

desenvolveram em nós, para extirpar os nossos maus hábitos, substituindo-os por bons. Para humanizar toda uma sociedade é necessário destruir sem piedade todas as causas, todas as condições económicas, políticas e sociais, que suscitam a tradição do mal nos indivíduos, substituindo-as por condições cuja consequência necessária seja o engendramento, nesses mesmos indivíduos, da prática e do hábito do bem.

Do ponto de vista da consciência moderna, da humanidade e da justiça, que por fim apreendemos, graças ao decurso histórico, o patriotismo é um malsão, tacanho e funesto hábito, dado que é a negação da igualdade e da solidariedade humanas. A questão social, hoje em dia colocada em termos práticos pelo mundo operário da Europa e da América, e cuja solução não é possível sem a abolição das fronteiras dos Estados, tende necessariamente à destruição desse hábito tradicional na consciência dos trabalhadores de todos os países. Demonstrarei, mais tarde, como, desde o começo deste século, este sofreu já um forte abalo na consciência da alta burguesia financeira, comercial e industrial, através do desenvolvimento prodigioso, mormente internacional, da sua riqueza e dos seus interesses económicos. Porém, é necessário que evidencie primeiro, como, bem antes dessa revolução burguesa, o patriotismo natural, instintivo, pela sua própria natureza não mais do que um sentimento

deveras tacanho, muito restrito, hábito colectivo sobretudo local que é, foi, desde o começo da história, profundamente modificado, desnaturado e diluído pela formação sucessiva de Estados políticos.

Com efeito, o patriotismo enquanto sentimento perfeitamente natural, isto é, gerado pela vida realmente solidária de uma colectividade e ainda de todo ou pouco enfraquecido pela reflexão, ou pelo efeito dos interesses económicos e políticos, tanto quanto pelas abstracções religiosas, tal patriotismo, senão completamente, pelo menos em grande parte animal, apenas pode abarcar um mundo muito restrito: uma tribo, uma comuna, uma aldeia. No começo da história, como hoje em dia nos povos selvagens, não havia de todo nação, nem idioma nacional, nem culto nacional, não existia pois a pátria no sentido político da palavra. Cada pequena localidade, cada aldeia tinha a sua língua particular, o seu deus, o seu padre ou feiticeiro, não sendo outra coisa que não uma família alargada, afirmando-se quotidianamente e que em guerra com todas as outras tribos, negava, pelo simples facto de existir, todo o resto da humanidade. Assim é o patriotismo natural na sua enérgica e ingénua crueza.

Encontramos ainda restos deste patriotismo, mesmo nalguns dos países mais civilizados da Europa, em Itália, por exemplo, sobretudo nas províncias meridionais da península italiana, onde

a configuração do solo, as montanhas e o mar, ao criarem barreiras entre os vales, as comunas e as aldeias, as separam, isolando-as, tornando-as praticamente estranhas umas às outras. Proudhon, na sua brochura sobre a unidade italiana fez um reparo certeiro, o de que tal unidade não era ainda senão uma ideia, uma paixão sobretudo burguesa e em nada popular; até à data, pelo menos as populações rurais, dela permaneceram em grande parte alheadas, e hostis, acrescento eu, porque tal unidade está em contradição, por um lado, com o seu patriotismo local e por outro esta nada lhe trouxe até agora, a não ser uma exploração impiedosa, a opressão e a ruína.

Mesmo na Suíça, sobretudo nos cantões primitivos, não nos é dado ver, muito frequentemente, o patriotismo local em luta contra o patriotismo cantonal e este último contra o patriotismo político, nacional, de toda a Confederação republicana?

Para resumir, concluo que o patriotismo enquanto sentimento inato, sendo em essência e expressão um sentimento sobretudo local, é um impedimento sério à formação dos Estados, consequentemente estes últimos e com eles a civilização, só se puderam estabelecer destruindo, se não de todo pelo menos consideravelmente, esta paixão animal.

O PATRIOTISMO
(continuação 2)[13]

Depois de ter considerado o patriotismo do ponto de vista natural e tendo demonstrado que *sob esse prisma*, por um lado, é um sentimento propriamente bestial ou animal, uma vez que é comum a todas as espécies de animais, e que por outro é essencialmente local, dado que apenas pode abarcar o espaço ou o mundo muito restrito no qual o homem privado de civilização passa a vida, vou agora passar à análise do patriotismo exclusivamente humano, do patriotismo *económico, político e religioso*.

A cifra de cada população animal corresponde sempre à quantidade dos meios de subsistência disponíveis na região em que habita, facto constatado pelos naturalistas e já convertido em axioma. A população aumenta sempre que tais meios se encontrem em maior quantidade; baixa com a sua quebra. Uma população animal, tão logo tenha devorado a totalidade dos recursos de uma região, migra. Todavia, tal migração, quebrando com todos os seus antigos hábitos, com todo o ramerrame quotidiano, fazendo-a demandar, sem nenhum conhecimento, nem reflexão, instintiva e cabalmente à aventura, os meios para subsistir em regiões absolutamente desconhecidas, é sempre

[13] *Le Progrès*, 17 (21 de Agosto de 1869), pp. 2-4.

acompanhada de privações e sofrimentos imensos. A maior parte da população animal migrante morre de fome, muitas vezes servindo de alimento aos sobreviventes; só uma minoria virá a conseguir aclimatar-se, encontrando novos meios de subsistência numa nova região.

De seguida vem a guerra, a guerra entre as espécies que se nutrem dos mesmos alimentos, guerra entre as que se devoram forçosamente umas às outras, em nome da sobrevivência. Deste prisma, o mundo natural não passa de uma hecatombe sangrenta, uma tragédia abominável e lúgubre, escrita pela fome.

Os que admitem a existência de um Deus criador, não se dão conta do elogio e tanto que lhe fazem ao representá-lo como o criador *deste mundo*. Como?! Um Deus todo-poderoso, todo-inteligência, todo-bondade, melhor não fez do que criar um mundo como este, um horror.

É verdade que os teólogos têm um excelente argumento para explicar esta contradição revoltante. A criação do mundo foi perfeita, dizem eles, primeiramente reinou uma harmonia absoluta, até que, tendo o homem pecado, Deus, furioso com ele, amaldiçoou o homem e o mundo.

Esta explicação, por ser perfeitamente absurda, será ainda mais edificante, é no absurdo, sabemo-lo, que reside toda a força dos teólogos. Para eles, quanto mais uma coisa for absurda, impossível, mais verdadeira é. Toda a religião se reduz à deificação do absurdo.

Assim, Deus perfeito criou um mundo perfeito e eis que essa perfeição descamba, acabando por atrair sobre ela a maldição do seu criador, depois de ter sido uma perfeição absoluta torna-se em imperfeição absoluta. Como é que a perfeição se pôde transformar na imperfeição? Precisamente porque o mundo, embora perfeito no momento da criação não o era, todavia, plenamente, replicarão, sendo que apenas Deus é absoluto, o Sumamente perfeito. O mundo apenas o seria de uma forma relativa e quando comparado com o que é agora.

Posto isto, então de que serve empregar o vocábulo perfeição, que nada tem de relativo? A perfeição não é necessariamente absoluta? Dizem eles que Deus criou um mundo imperfeito, mas melhor do que aquele em que nos encontramos. Ora se era apenas melhor, se era já imperfeito ao sair das mãos do criador, não patenteava essa harmonia e essa paz absolutas com que os Senhores teólogos nos enchem os ouvidos. Perguntar-lhes-emos pois: todo o criador, segundo as vossas próprias palavras, não deverá ser julgado pela sua criação, como o artífice pela sua obra? O criador de uma obra imperfeita é necessariamente um criador imperfeito; tendo o mundo sido criado imperfeito, Deus, o seu criador, é necessariamente imperfeito. O facto de ter criado um mundo imperfeito apenas pode ser explicado por inépcia, incapacidade, ou malvadez.

—

Todavia dir-se-á, o mundo era perfeito, simplesmente era menos perfeito que Deus. A isto responderei que, quando se trata da perfeição, não podemos falar de mais ou menos; a perfeição é completa, inteira, absoluta, ou então não existe. Logo, se o mundo era menos perfeito que Deus, o mundo era imperfeito; donde resulta que Deus, criador de um mundo imperfeito, era ele próprio imperfeito, que o continua a ser, que jamais foi Deus, que Deus não existe.

Para salvaguardar a existência de Deus, os senhores teólogos forçosamente concordarão comigo em que o mundo, por ele criado, era perfeito na sua origem. Como tal, far-lhes-ei duas pequenas perguntas. Em primeiro lugar, se o mundo era perfeito, como é que pôde haver duas perfeições, em separado? A perfeição só pode ser única; não permite a dualidade, porque nesta, uma limita a outra, tornando-o necessariamente imperfeito. Por conseguinte, se o mundo era perfeito, não havia Deus nem acima nem para além dele, o próprio mundo era Deus. Uma outra questão. Se o mundo era perfeito, como é que logrou decair? Que bela perfeição esta, que se pode alterar e perder! É que se admitirmos que a perfeição se pode degradar, logo também Deus pode decair! O que quer dizer que Deus realmente existiu na imaginação crente dos homens, mas que a razão humana, que cada vez mais triunfa historicamente, o destrói.

—

Enfim, é bem singular este Deus dos cristãos! Criou o homem de maneira que este pudesse, tivesse de, pecar e cair. Tendo Deus entre os seus atributos infinitos a omnisciência, não podia ignorar, ao criar o homem, que este baquearia; e já que Deus o sabia, o homem teria que cair: doutra forma desmentiria insolentemente a omnisciência divina. Nestes termos, quem é que pode falar em liberdade humana? Antes de predestinação! Obedecendo a essa queda fatal, o que de resto poderia ter previsto o mais simples pai de família em vez do bom Deus, o homem baqueia: e eis que a divina perfeição se encoleriza terrivelmente, numa cólera tão ridícula quanto odiosa; Deus não amaldiçoa apenas os transgressores da sua lei, mas toda a descendência humana que ainda nem sequer existia, e que, por consequência estava absolutamente inocente do pecado dos nossos antepassados; não contente com esta revoltante injustiça, amaldiçoa ainda este mundo harmonioso, que não era tido nem achado, transformando-o num receptáculo de crimes e de horrores, numa perpétua carnificina. Em seguida, escravo da sua própria cólera e da maldição pronunciada, pelo próprio, contra os homens e o mundo, contra a sua própria criação, lembrando-se, já um pouco tardiamente, que era um Deus de amor, que faz? Já não basta ter ensanguentado o mundo devido à sua ira; derrama igualmente o sangue do seu Filho único, esse Deus sanguinário;

—

imola-o sob o pretexto de reconciliar o mundo com a sua divina Majestade! Ainda se o tivesse logrado! Ora, seja antes ou depois desta monstruosa redenção, o mundo natural e humano permanece dilacerado e ensanguentado. Donde resulta claramente que o deus dos cristãos, como todos os Deuses que o precederam, é um Deus tão impotente quanto cruel, tão absurdo quanto malvado.

E são absurdos deste calibre que querem impor à nossa liberdade, à nossa razão. É com semelhantes monstruosidades que pretendem moralizar, humanizar os homens! Que os senhores teólogos tenham pois a coragem de renunciar francamente à humanidade bem como à razão. Não basta dizer com Tertuliano: «Credo *quia absurdum*. Creio no que é absurdo»; que tentem ainda, se é que conseguem, impor-nos o seu cristianismo pelo cnute, como o czar de todas as Rússias, pela pira, como Calvino, pela Santa Inquisição, como os bons católicos, pela violência, a tortura e a morte como gostariam de ainda o poder fazer os padres de todas as religiões possíveis, que recorram pois a todos esses lindos expedientes, mas não esperem vir a triunfar, jamais, de outra forma.

Quanto a nós, deixemos de uma vez por todas todos esses absurdos e horrores divinos para aqueles que tontamente acreditam poder, ainda durante muito tempo, explorar a plebe, as massas

trabalhadoras, em seu nome: e volvendo ao nosso raciocínio, humano em absoluto, lembremo-nos sempre que a luz humana, a única que nos pode alumiar, emancipar, tornar dignos e felizes, já não está de todo nos seus primórdios, antes no fim da história, em relação ao tempo em que vivemos e que o homem, no seu desenvolvimento histórico, partiu da animalidade para se acercar, mais e mais, da humanidade. Não olhemos, pois, nunca para trás, mas sempre em frente, uma vez que é adiante que se encontra o nosso sol e a nossa redenção; e se nos for permitido, se nos for mesmo útil olhar, por vezes, para trás, não será senão para constatar o que fomos e o que já não devemos ser, o que fizemos e aquilo que jamais deveremos voltar a fazer.

O mundo natural é o palco constante de uma luta interminável, da luta pela vida. Não nos cabe questionar porque assim é. Não o criámos, já nos deparámos com ele quando nascemos para a vida. É o nosso ponto de partida natural e não somos, em absoluto, responsáveis por ele. Bastar-nos-á saber que foi, é e provavelmente será sempre assim. A harmonia estabelece-se pelo combate, pelo triunfo de uns, pela derrota e ainda mais frequentemente pela morte de outros. O crescimento e o desenvolvimento das espécies são limitados pela sua própria fome e pelo apetite das outras espécies, quer isto dizer, pelo sofrimento, pela morte. Não dizemos, como os cristãos, que esta terra seja um

—

vale de lágrimas, mas havemos de convir que ela não é de todo a mãe extremosa de que se ouve falar e que é preciso muita energia para aí viver. No mundo natural os fortes vivem e os fracos sucumbem e os primeiros só sobrevivem porque outros sucumbiram.

Será possível que esta lei fatal da vida natural seja também a do mundo humano e social?

—

O PATRIOTISMO (continuação 3)[14]

Estarão os homens condenados, pela sua natureza, a entredevorar-se para sobreviver, como o fazem os animais das outras espécies?

Receio-o bem! Deparamo-nos com a antropofagia no berço da civilização humana, seguida, em paralelo, pelas guerras de extermínio, a guerra das raças e dos povos: guerras de conquista, guerras de equilíbrio, guerras políticas e guerras religiosas, guerras pelos grandes ideais como as levadas a cabo pela França, dirigida pelo seu actual imperador e guerras patrióticas pela grande unidade nacional como as que cogitam, por um lado, o ministro pangermanista de Berlim e por outro, o czar pan-eslavista de São Petersburgo!

Contas feitas, por detrás de todas as frases hipócritas de que nos servimos para nos darmos ares de humanidade e de direito, o que é que transparece? Sempre a mesma questão económica: *a tendência que alguns têm em viver e prosperar à custa dos outros*. Tudo o resto não passa de uma esparrela. Os ignorantes, os ingénuos e os estultos vão nisso, mas os homens fortes que governam a sorte dos Estados sabem muito bem que fundamentalmente em todas as guerras, apenas há um interesse: a pilhagem, a conquista das riquezas

---

[14] *Le Progrès*, 19 (18 de Setembro de 1869), p. 4.

de outrem e a escravização da sua força de trabalho!

Tal é a realidade, simultaneamente cruel e brutal, que os bons Deuses de todas as religiões, os Deuses das batalhas, nunca deixaram de abençoar; começando por Jeová, o Deus dos Judeus, o Pai Eterno de Nosso Senhor Jesus Cristo, que ordenou ao seu povo o massacre de todos os habitantes da Terra Prometida; e acabando no Deus católico, representado pelos papas, que, em recompensa pelo massacre dos pagãos, dos muçulmanos e dos heréticos, brindaram a terra destes desgraçados aos seus felizardos algozes, ainda macabramente tintos com o seu sangue. Para as vítimas o Inferno; para os carrascos, os seus despojos, os bens da terra, tal é pois o objectivo das guerras mais santas, das guerras religiosas.

É evidente que, mais ou menos até à data, a humanidade não fugiu de todo a esta lei geral da animalidade que condena todos os seres vivos a entredevorar-se para sobreviver. O socialismo, encarregar-me-ei de o demonstrar no seguimento destes artigos, o socialismo, apenas ele, substituindo a justiça política, jurídica e divina pela justiça humana, trocando o patriotismo pela solidariedade universal dos homens e a concorrência económica pela organização internacional de uma sociedade sobretudo assente no trabalho, poderá pôr fim a estas manifestações brutais da animalidade humana, à guerra.

—

Não obstante, até que este triunfe sobre a terra, apesar dos inúteis protestos de todos os Congressos burgueses pela paz e pela liberdade, em vão presididos por todos os Victor Hugo deste mundo, os homens hão-de continuar a esfrangalhar-se como os animais selvagens.

Incontestavelmente a história humana, como a de todas as outras espécies de animais, começou pela guerra. Tal guerra, que não teve nem tem outro objectivo senão o de conquistar os meios de subsistência, teve diferentes fases de desenvolvimento, paralelas às diferentes fases da civilização, isto é, do desenvolvimento das necessidades do homem e dos meios de as satisfazer.

Posto isto, animal omnívoro, o homem começou por viver, como todos os outros animais, de frutos e plantas, da caça e da pesca. Durante muitos séculos, sem dúvida, o homem caçou e pescou tal como ainda hoje o fazem os animais, sem a ajuda de outros instrumentos que não aqueles com que a natureza o tinha dotado. A primeira vez que fez uso de uma arma, por demais grosseira, de um simples pau ou de uma pedra, constituiu um acto de reflexão, afirmando-se, sem, por certo, disso se aperceber, como um animal pensante, como homem; dado que mesmo a arma mais primitiva, devendo necessariamente adaptar-se ao fim que o homem se proporia atingir, supõe um certo cálculo mental, cálculo que distingue

essencialmente o animal homem de todos os outros animais da terra. Graças a esta faculdade de reflectir, de pensar, de inventar, o homem aperfeiçoou as suas armas, muito lentamente, é verdade, ao longo de muitos séculos, transformando-se assim em caçador ou em animal feroz armado.

Chegados a este primeiro patamar de civilização, os pequenos grupos humanos tiveram naturalmente mais facilidade em alimentar-se, recorrendo ao abate dos seres vivos, homens incluídos, que lhes deviam servir de sustento, do que os animais desprovidos de tais instrumentos de caça ou de guerra; ora *como a multiplicação de todas as espécies animais é sempre directamente proporcional aos meios de subsistência*, é evidente que o número de homens teria que aumentar em maior proporção do que a dos animais de outras espécies, sendo que por fim acabaria por chegar um momento em que a natureza maninha já não poderia satisfazer as necessidades alimentares de todos.

Se a razão humana não progredisse; se, não se apoiasse, por um lado, sobre a tradição que conserva em benefício das gerações futuras os conhecimentos adquiridos pelas gerações passadas, difundindo-os, por outro, graças ao dom da palavra, a par com o do pensamento, não se teria desenvolvido sempre em crescendo; se não fosse dotada da faculdade ilimitada de inventar novos

procedimentos para defender a existência humana contra todas as forças naturais que lhe são contrárias, a insuficiência da natureza teria naturalmente traçado um limite à multiplicação da espécie humana.

Ora, graças precisamente a essa preciosa faculdade que lhe permite conhecer, reflectir, compreender, o homem pode ultrapassar este limite natural que trava o desenvolvimento de todas as outras espécies animais. Quando se esgotaram as fontes naturais, criou artificiais. Aproveitando-se, não da sua força física, mas da sua superioridade mental, dedicou-se já não simplesmente a matá-los, para os devorar imediatamente, mas a submetê-los, a domesticá-los, aclimatando de alguma maneira os animais selvagens para que servissem os seus intuitos. E foi assim que ao longo de mais uns quantos séculos, os grupos de caçadores se transformaram em grupos de pastores.

Esta nova fonte de abastecimento multiplicou, naturalmente, ainda mais a espécie humana, o que fez com que esta se visse na necessidade de criar novos meios de subsistência. Tendo-se a pastorícia revelado insuficiente, os grupos humanos dedicaram-se a explorar a terra. Os povos nómadas e pastores transformaram-se deste modo, levando muitos outros séculos, em povos agrícolas.

É neste período histórico que propriamente se estabelece a escravatura. Os homens, animais

selvagens por antonomásia, começaram, primeiro que tudo, por devorar os seus inimigos mortos ou feitos prisioneiros. Todavia, mal se começaram a aperceber dos proveitos que podiam tirar do amestramento animal, ou da pecuária, não os matando imediatamente, forçosamente logo cogitaram nos que lhes podiam advir dos serviços do homem, o mais inteligente dos animais desta terra. O inimigo vencido deixou de ser devorado, antes foi reduzido à escravatura, forçado a executar o trabalho necessário para a subsistência do seu amo.

O trabalho dos povos pastores é tão ligeiro e tão simples que quase prescinde do trabalho escravo. Assim, nos povos nómadas e pastoris, podemos observar que o número de escravos é muito restrito, para não dizer quase nulo. Já o mesmo não se passa entre os povos sedentários e agrícolas. A agricultura exige um trabalho assíduo, quotidiano e árduo. O homem livre das florestas e das planícies, tanto o caçador quanto o pastor sujeitam-se a ela com a maior das repulsas. Mais a mais, ainda hoje, entre os povos selvagens da américa, por exemplo, podemos ver que é sobre o ser comparativamente mais frágil, sobre a mulher, que recaem todos os trabalhos caseiros mais duros e mais desagradáveis. Os homens não conhecem outros mesteres que não sejam o da caça e o da guerra, os quais, mesmo na nossa civilização são ainda tidos como os mais nobres dos ofícios e

desprezando todas as outras ocupações, ficam preguiçosamente deitados, fumando os seus cachimbos, enquanto as suas desventuradas mulheres, essas escravas naturais do homem bárbaro, sucumbem sob o fardo do seu labor quotidiano.

Mais um passo civilizacional e o escravo toma o lugar da mulher. Besta de carga inteligente, forçado a levar sobre si toda a carga do trabalho corporal, cria o lazer e o desenvolvimento intelectual e moral do seu amo.